

JOSÉ MARIA BRAGA DA CRUZ

Legislaturas: I, II, III, IV, V.



Data de nascimento

- 1888-05-05.

Localidade

- S. Pedro de Maximinos / Braga.

Data da morte

- 1989.

Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra (1911).

Profissão

- Advogado;
- Notário.

Perfil político-ideológico

- Militante católico desde estudante;
- Monárquico;
- Membro do Centro Monárquico Académico;
- Durante a Monarquia do Norte, presidiu à Junta Geral do Distrito de Braga (1919), na sequência do que foi demitido das funções de Notário em que só seria reintegrado em 1930;
- Membro do CADC em Coimbra;
- É um dos fundadores do Centro Católico Português, tornando-se seu dirigente no Minho (1917);
- Apresenta-se às eleições como candidato a deputado por Vila Nova de Gaia, pelo Centro Católico (1918);
- Participa na reestruturação do Centro Católico (1919);
- Eleito deputado por Braga, pelo Centro Católico, juntamente com Salazar, deputado por Guimarães (1921);
- Presidente da Acção Católica em Braga;
- Faz parte do grupo de católicos que aceita ser integrado na União Nacional.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Círculo	Comissões
I		
II		
III		
IV	Braga	Finanças; Trabalho, Previdência e Assistência Social.
V	Braga	Finanças; Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Intervenções parlamentares

I Legislatura (1935-1938)

1.ª Sessão Legislativa (1935)

- Entra no debate sobre a proposta de lei n.º 3, referente às alterações à Constituição Política.
- Participa na discussão da proposta de lei n.º 4, relativa às instituições de previdência social.
- Apresenta um projecto de lei sobre aeródromos.
- Envia para a Mesa um projecto de lei sobre constituição e defesa da família.
- Discute o projecto de lei do Sr. Cândido Duarte, sobre a criação de asilos agrícolas.

2.ª Sessão Legislativa (1935-1936)

- Trata dos projectos de lei n.ºs 30 e 31, sobre aeródromos.

3.ª Sessão Legislativa (1936-1937)

- Discute a proposta de lei de autorização das receitas e despesas.
- Refere-se ao decreto-lei n.º 27.307, que cria nas Relações e tribunais de 1.ª instância um quadro de pessoal contratado.

- Requer nota dos saldos das caixas de aposentações dos conservadores e outros funcionários existentes em 31 de Dezembro de 1936 e transferidos para outra Caixa, segundo o decreto-lei n.º 27.243, e ainda nota do número desses funcionários aposentados até à presente data e dos existentes presentemente.
 - Fala sobre a proposta de lei relativa aos contratos de prestação de serviços.
 - Fala sobre o aviso prévio do Sr. Diniz da Fonseca acerca do inquilinato.
 - Fala sobre o aviso prévio do Sr. Schiappa de Azevedo acerca das condições materiais em que se encontra a irmã de Machado Santos.
 - Envia um pedido de informações relativo ao estado sanitário do País, no que respeita à depuração das águas de consumo.
 - Fala sobre a proposta de lei relativa à remodelação dos serviços dos correios e telégrafos e envia uma proposta de emenda.
- 4.ª *Sessão Legislativa (1937-1938)*
- Fala acerca da proposta de lei referente à autorização das receitas e despesas para o ano de 1938.
 - Fala acerca da proposta de lei de alterações à Constituição Política.
 - Refere-se à moção que enviou relativa ao aviso prévio do Sr. Pinto de Mesquita sobre o regime municipal em Lisboa e Porto.
 - Refere-se a um seu projecto de lei apresentado acerca da defesa da instituição da família.

II Legislatura (1938-1942)

1.ª Sessão Legislativa (1938-1939)

- Fala sobre a proposta de lei de autorização de receitas e despesas para o ano de 1939.
- Envia um requerimento respeitante a uns esclarecimentos que deseja, por parte da Direcção Geral das Alfândegas, sobre organismos corporativos.
- Fala sobre as Contas Gerais do Estado referentes à gerência de 1937 e sobre as contas da Junta do Crédito Público de 1937.

2.ª Sessão Legislativa (1939-1940)

- Fala sobre o decreto-lei n.º 29.449, que fixa a interpretação de algumas disposições relativas às contribuições e impostos e a execuções fiscais.
- Fala sobre a proposta de lei que trata da aplicação de impostos a certos capitais e da equiparação de dívidas.

3.ª Sessão Legislativa (1940-1941)

- Fala acerca da Concordata e Acordo Missionário celebrados com a Santa Sé.
- Fala na bula *Sollemnibus conventionibus* e na sua grande importância sob o ponto de vista da acção missionária portuguesa.
- Fala sobre o decreto-lei n.º 31.124, apresentado para ratificação, a propósito do qual se refere à necessidade da existência do Código das Expropriações.
- Aprecia o relatório e o parecer sobre as Contas Gerais do Estado de 1939.

4.ª Sessão Legislativa (1941-1942)

- Entra na discussão das Contas Gerais do Estado de 1940.

III Legislatura (1942-1945)

1.ª Sessão Legislativa (1942-1943)

- Não regista intervenções.

2.ª Sessão Legislativa (1943-1944)

- Discute a proposta de lei do Estatuto da Assistência Social; Fala sobre as bases XXVIII, XXIX, XXXI e XXXII da mesma proposta de lei.

3.ª Sessão Legislativa (1944-1945)

- Envia um requerimento sobre caminhos-de-ferro.

IV Legislatura (1945-1949)

1.ª Sessão Legislativa (1945-1946)

- Fala sobre a proposta de lei de autorização de receitas e despesas para 1946, enviando uma moção.
- Requer pelos Ministérios respectivos relações completas de todos os organismos corporativos e informações que lhes dizem respeito.
- Refere-se à proposta de lei de organização hospitalar.

2.ª Sessão Legislativa (1946-1947)

- Requer, pelo Ministério das Colónias, uma relação e outras informações de todas as corporações missionárias.
- Discute a proposta de lei de autorização de receitas e despesas para 1947.

- Requer, pelo Ministério do Interior, exemplares de carácter regulamentar, que especifica, relacionados com a fiscalização e acção da Câmara Municipal de Braga de regulamentos, que indica, publicados pelos governadores civis de Braga e de outros da administração provincial e mais requer um exemplar do orçamento vigente e das contas da última gerência da Emissora Nacional de Radiodifusão.
- Discute a proposta de lei sobre sucessões e doações e envia uma proposta de alteração de refere-se ao artigo 3.º da proposta de lei.
- Fala na legislação que extinguiu certas comarcas e na, conveniência de restaurar aquelas cujos serviços, o justifiquem, como, por exemplo, a antiga comarca de Amares.
- Discute as Contas Gerais do Estado de 1945.

3.ª Sessão Legislativa (1947-1948)

- Requer, pela Presidência do Conselho e Subsecretariado de Estado das Corporações, informações sobre, caixas sindicais, de reforma, associações de socorros mútuos e instituições de previdência dos servidores do Estado e corpos administrativos e sobre a falta dos índices dos doze volumes do Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.
- Refere-se aos serviços dos CTT.

4.ª Sessão Legislativa (1948-1949)

- Discute a proposta de lei de autorização de receitas e despesas para 1949.
- Requer, pelo Conselho Técnico Corporativo, cópia do relatório e pareceres de uma comissão nomeada para proceder ao estudo sobre a capacidade, localização e forma de exploração de frigoríficos, silos e armazéns para conservação das reservas alimentares.
- Requer, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, relação de todas as cartas de confirmação e ratificação de tratados ou convenções em vigor.
- Justifica a apresentação de duas propostas suas de aditamento à proposta de lei de autorização de receitas e despesas para 1949.
- Refere-se à necessidade de se adoptarem medidas contra a corrupção dos costumes de várias formas patente no noticiário; nota a facilidade que há na abertura de casas pouco recomendáveis sob o ponto de vista moral, e ainda não se ter posto em execução a lei regulando a assistência de menores aos espectáculos públicos.
- Defende a actualização do limite máximo do valor dos bens dos casais de família.
- Discute as Contas Gerais do Estado de 1947.

V Legislatura (1949-1953)

1.ª Sessão Legislativa (1949-1950)

- Associa-se às palavras do Sr. Manuel Domingues Basto a favor do pleno reconhecimento do feriado nacional do dia 8 de Dezembro.
- Discute a proposta de lei de autorização de receitas e despesas para o ano de 1950, falando sobre divisões e partilhas judiciais e sisas e envia uma proposta de aditamento a um articulado:
- Manifesta-se sobre o que disse o Sr. Vasco Mourão relativo ao seu aditamento ao artigo 5.º da referida proposta de lei, justifica o artigo 9.º, que apresentou com outros Srs. Deputados, e envia a sua moção a que já fez na anterior referências ao retirar a proposta de aditamento ao § 4.º do artigo 5.º da dita proposta de lei.
- Refere-se à circunstância de grande número de lavradores do Norte, por ignorância, terem deixado de revalidar os seus títulos de isenção do imposto de trânsito e secunda o pedido de prorrogação de prazo.

2.ª Sessão Legislativa (1950-1951)

- Não regista intervenções.

3.ª Sessão Legislativa (1951-1952)

- Não regista intervenções.

4.ª Sessão Legislativa (1952-1953)

- Não regista intervenções.